



por Antônio Machado

cidadebiz@correio.com.br

Economia - Brasil

Balcão de idéias

Além da reeleição, o presidente Lula teria muitos outros motivos para se considerar um homem de sorte: não lhe faltam alternativas sobre o que fazer para os país ingressar numa era de prosperidade, caso não desse importância ao singelo detalhe de que, entre tudo o que lhe propõem seus assessores e ministros, há um só caminho para que o sonho não vire pesadelo e ele não é nem um pouco manso como querem fazer crer os adeptos da ilusão de que basta deitar abaixo os juros para a economia crescer em escala chinesa.

A rigor há três correntes principais querendo influenciar o norte do governo com vistas a um só golpe estimular o empresário privado a investir e a aumentar a fatia do investimento público, que virou resíduo orçamentário. Mesmo com a gorda carga tributária de 39% do PIB, o governo investe pouco, 0,5% do PIB em 2005, de 0,6% a 0,7% este ano, gastando tudo mais em consumo e em seu próprio custeio.

A corrente simplista é esta, do chega para lá no Banco Central, e estamos conversados. Sem que o Estado abra espaço para acomodar o crescimento do gasto privado, dentro do qual está o adicional de investimento requerido para a economia saltar de patamar, o que se vai colher é uma bolha de consumo em par a recidiva da inflação ou ao desaquecimento precoce dos negócios, caso o BC conserve poder e autonomia para intervir no processo. Este grupo está em baixa.

A corrente cética é a que dispensa o corte de gasto como premissa para o controle orçamentário. Mas não por julgá-lo desnecessário e sim por considerá-lo impraticável politicamente. Desconfiam de que o governo não terá maioria para medidas indigestas, como a reforma da Previdência. Se o ótimo e o bom são inviáveis, jogam no regular como melhor do que nada. O ex-ministro e deputado Antonio Delfim Netto (PMDB-SP), a quem Lula tem acolhido como conselheiro, está nesse grupo. Ele propõe o congelamento da despesa orçamentária em relação ao PIB e um programa de aumento da produtividade do gasto público, tipo um professor dar três aulas num dia em vez de duas.

É a solução meio bomba: tudo lento, mas seguro e para frente. No governo, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, é o expoente desta corrente, à qual vem se

achegado devagar o titular da pasta da Fazenda, Guido Mantega, que dá sinais de se afastar da turma do crau! Isto é: basta vontade política e... Crau! Está feito.

A terceira corrente acredita que Lula saiu da eleição com capital político para ousar mais: bancar o ajuste fiscal que garanta queda significativa dos juros em prazo mais curto, sem açular a inflação e com perspectiva de promover em curto prazo a ascensão do país ao conceito de "bom para investimento" das agências internacionais de risco soberano. Uma proposta com esse teor passa necessariamente pela reforma

da Previdência, ainda que garantindo a aposentadoria pelas regras vigentes à maior parte da base atual de assalariados.

Vantagem dos céticos

Onde está o presidente em meio a estas pressões? Mais para a dos céticos, se lhe faltar a convicção de que possa fazer mais. Não é bem o que parece, já que, em público, ele critica os que falam em cortes de gastos. Mas fora do círculo palaciano ele pergunta como viabilizar uma reforma fiscal abrangente e se mostra interessado em saber os ganhos entre uma versão branda e profunda de ajuste.

A impressão é que as dificuldades fiscais, espelhadas numa Lei de Meios estrangulada, na qual não cabem todos os gastos contratados para 2007 e as receitas estão infladas, não foram bem relatadas ao presidente. Também parece faltar a avaliação crítica dos projetos de investimentos colocados no BNDES, vários deles como propostas e não intenções firmes de execução, afora o aspecto de que muitos se condicionam a salvaguardas, como prazo longo, juro baixo, isenção de impostos e, quicá, alguma participação paraestatal na formação do capital do novo projeto, tudo a fim de mitigar o risco.

Como acreditar em contenção de gasto, mesmo que relativo, já que a ideia é congelá-lo em relação ao PIB, o que significa que vai continuar aumentando mas não mais como

hoje, acima do crescimento da economia, se já se fala em reajustar o salário mínimo bem mais que a inflação, além de antecipá-lo para janeiro de 2007?

Enquanto o governo tomar tais propostas pelo seu mérito social, desvinculadas das sequelas sobre o desenvolvimento que amplia a riqueza nacional e cria empregos, não haverá política coerente de crescimento. Vai-se ter apenas

a continuidade da transferência de renda de setores com alta propensão de poupança e investimento ao consumo.

A própria tendência de queda dos juros não garante que

os capitais estacionados no giro da dívida pública se dirijam para o investimento real, caso o gasto estatal não pas-

se a evoluir abaixo e não em linha com o PIB, que é o senso

da ideia do congelamento.

O risco é que o gasto público e o privado se sobreponham em prazo curto, exaurindo o ajuste externo — vide o

primeiro governo FH —, mas com pressões inflacionárias, se o BC não puder reagir.

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•